

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO DA  
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.02/2018 - DA PREFEITURA MUNICIPAL DE  
CAÇADOR/SC**

**SETOR DE LICITAÇÕES – PROCESSO LICITATÓRIO 92/2018.**

**MEIOESTE AMBIENTAL LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, regularmente inscrita no CNPJ no. 11.201.681/0001-72, com endereço comercial na Rua Conselheiro Mafra, 708, Centro, Cep: 89-500-000, na cidade de Caçador/SC e filial na Avenida Herbert Hadler, n. 435, Bairro Fragata, Cep: 96050-460, na cidade de Pelotas/RS, por seu procurador, Sr. MAICON THOMÉ MARINS, brasileiro, casado, advogado, inscrito na OAB/MS sob o n. 11686-A, inscrito no CPF/MF sob o n. 026.342.239-94, portador da Carteira de Identidade n. 2.974.911 SSP/SC, vem, mui respeitosamente à presença de Vossa Senhoria, em atendimento ao disposto no edital da licitação supramencionada, e em especial em atendimento ao disposto na Lei de Licitações, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, levando-se por base os argumentos a seguir transcritos:

**1.0 DA TEMPESTIVIDADE:**

A referida publicação deste aviso, se deu na data de 09 de setembro, conforme se aúfere pela página da prefeitura na internet. Dessa forma, a presente impugnação é tempestiva, visto que apresentada na presente data, sendo certo que o prazo final para impugnação, de acordo com a lei de licitações, de 5 dias úteis, se encerra em 16 de setembro de 2019.

**2.0 DO MÉRITO DA IMPUGNAÇÃO:**

Pela leitura do despacho do Prefeito Municipal, se percebe que a decisão desta municipalidade é pela republicação do edital de concorrência supramencionado.

Todavia, pela leitura do novo edital, se percebe que o mesmo foi alterado, de forma bastante substancial, interferindo e gerando prejuízo ao processo licitatório como um todo, visto que fere, em primeiro plano o despacho do prefeito, em segundo, fere a decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, e por último, e mais importante, fere o princípio de vinculação ao edital, base da Lei de Concorrências n. 8.666/93.

A fim de demonstrar o aqui discutido, passa a discutir os referidos tópicos, um a um. São eles:

## **2.1 Da Decisão de Republicação:**

Despacho do Prefeito Municipal, datado de 06 de setembro de 2019, a seguir transcrito:

REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 02/2018 - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2018. O Município de Caçador/SC torna pública a Republicação do Processo Licitatório Nº 117/2019, na modalidade de Concorrência Nº 02/2018 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA SANITÁRIA DE LIMPEZA PÚBLICA NO PERÍMETRO URBANO DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR /SC, no dia 29 (VINTE E NOVE) de outubro de 2019 às 14h00min. para entrega dos envelopes, e posteriormente às 14h20min se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. Maiores Informações e o edital Completo poderão ser obtidos na Coordenação de Licitações e Contratos da Prefeitura do Município de Caçador, SC, através do e-mail: [licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br](mailto:licitacoes.sec@cacador.sc.gov.br) ou pelo site [www.cacador.sc.gov.br](http://www.cacador.sc.gov.br) das 13:00 às 19:00 horas. Caçador-SC, 06 de setembro de 2019. SAULO SPEROTTO Prefeito.

Pela leitura desta decisão, se percebe com grande clareza que o Prefeito, determinou a republicação do edital que já havia sido publicado no ano passado, e estava suspenso por decisão do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Ressalta-se ainda que, em momento algum desta decisão, o Prefeito autorizou a modificação, supressão, acréscimos ou modificações no aludido edital.

Dessa forma, a decisão era pela republicação do **MESMO EDITAL**, e não pelo o que foi agora disponibilizado para as empresas.

Assim sendo, errou a comissão de licitação ao publicar edital com grandes diferenças entre o já publicado e esse de agora, razão pela qual, de plano deve ser combatido.

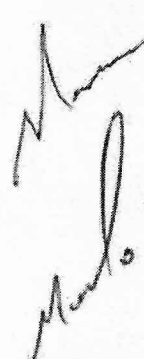
## **2.2 Da decisão do TCE/SC:**

Ao analisar o pedido da empresa Onze, que buscou socorro naquele tribunal de contas, num primeiro momento, a corte optou por **suspender o processo licitatório em apelo**, por medida cautelar, até que futuros esclarecimentos fossem prestados pela Prefeitura.

Cumprida essa etapa, e com a aceitação da empresa Meioeste como terceira interessada, a corte fiscalizadora entendeu que o processo licitatório estava de acordo com as normas vigentes, revogando a liminar anteriormente concedida, **devendo o mesmo continuar, de onde parou**.

A fim de salientar a decisão, a qual obriga a Prefeitura de Caçador a continuar o processo licitatório, transcreve-se a aludida decisão:

Meioeste Ambiental Ltda.  
Rua Conselheiro Mafra, 708 – Caçador/SC  
Telefone: (49) 3563-2517 - [www.meioeste.com.br](http://www.meioeste.com.br)



Diante do exposto, proponho ao Egrégio Tribunal Pleno a adoção da seguinte deliberação:

3.1 Considerar improcedente a representação, formulada nos termos do art. 113, §1º, da Lei n. 8.666/93, proposta pela empresa Onze Construtora e Urbanizadora Ltda., pessoa jurídica de direito privado, noticiando supostas irregularidades no Edital de Concorrência Pública 02/2018 (Processo Licitatório 92/2018), da Prefeitura Municipal de Caçador, cujo objeto é a: 1) contratação de empresa para coleta, transporte, disposição final de resíduos sólidos urbanos e compactáveis no Município; 2) coleta, transporte e destinação final de resíduos sólidos recicláveis urbanos (não industriais) e rural; 3) contratação de empresa especializada em engenharia para execução das obras civis de ampliação e operação do aterro sanitário do Município, em razão da inexistência de irregularidade no não-fracionamento do objeto.

3.2 Revogar a medida cautelar que sustou o certame, nos termos do art. 114-A do Regimento Interno do Tribunal de Contas, acrescido pela Resolução n. TC-136/2016.

3.3 Determinar o arquivamento dos autos.

3.4 Dar ciência dessa Decisão à empresa Representante (Onze Construtora e Urbanizadora Ltda), à empresa contratada em caráter emergencial (Meio Oeste Ambiental Ltda), e à Prefeitura Municipal de Caçador. Florianópolis, 31 de julho de 2019.

**LUIZ EDUARDO CHEREM- CONSELHEIRO RELATOR**

Cristalina a decisão da Corte de Contas, que em matéria administrativa, possuiu a decisão final acerca dos processos licitatórios.

Sobre a decisão, não cabem interpretações dúbias, extensivas ou complementares. Evidentemente, ao revogar a medida cautelar que sustou o certame, a Corte está dizendo que o processo licitatório já em curso, deverá continuar de onde foi interrompido.

Por amor ao debate, ao analisar o referido processo licitatório, se verifica que o mesmo foi interrompido às vésperas da abertura dos envelopes de habilitação das empresas.

Se observa ainda que, as empresas que ali já estavam inseridas no processo licitatório já haviam cumprido uma série de determinações do instrumento convocatório, como a realização de visita técnica e o oferecimento de garantia para a participação do certame.

Assim, errou a comissão de licitação novamente ao publicar edital com grandes diferenças, desrespeitando a ordem do Prefeito e do Tribunal de Contas.

Pior que isso, ao lançar novo edital, coloca em prejuízo àquelas empresas que já realizaram as etapas necessárias para o processo licitatório, beneficiando novas empresas que, por ventura, desejem se habilitar, visto que o atual edital, como veremos em tópico apartado, é mais brando, principalmente em relação à visita técnica e em relação às exigências da qualificação técnica da empresa e de seu responsável técnico.



Evidente então que o presente edital deve ser impugnado, respeitando aquilo que fora determinado pela Corte de Contas e pelo próprio Prefeito Municipal.

### **2.3 Do Princípio de Vinculação ao Edital:**

Ao republicar edital diferente daquele que já estava em curso, mas suspenso cautelarmente pelo Tribunal de Contas, a comissão de licitação feriu de morte um dos princípios norteadores, senão o mais importante, da Lei de Licitações.

A legislação comentada, trata a vinculação ao edital, da mesma forma que o direito civil rege as tratativas entre as partes, quando na realização de contratos. Ou seja: o que ali disposto se torna lei, e obriga as partes ao fiel cumprimento.

E esse princípio, obriga primeiramente a administração pública, que é a interessada que o processo licitatório transcorra no melhor interesse da coletividade, com total transparência, celeridade e com o menor custo.

Segundo Lucas Rocha Furtado, Procurador-Geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, o instrumento convocatório *"é a lei do caso, aquela que irá regular a atuação tanto da administração pública quanto dos licitantes. Esse princípio é mencionado no art. 3º da Lei de Licitações, e enfatizado pelo art. 41 da mesma lei que dispõe que "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada".* (Curso de Direito Administrativo, 2007, p.416).

Evidentemente essa não foi a conduta adotada pela Comissão de Licitação.

Uma simples leitura comprova as diferenças brutais entre um edital e o outro, conforme se verifica a seguir:

#### **2.3.1 Diferenças entre editais:**

- **Do item 1: Objeto Licitado:**

##### **Edital de 23 de julho de 2018:**

Contratação de empresa habilitada para COLETA, TRANSPORTE, DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS DO MUNICÍPIO; COLETA, TRANSPORTE E DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS URBANOS (NÃO INDUSTRIAIS) E RURAIS E AMPLIAÇÃO E OPERAÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL, conforme abaixo:



**Edital de 29 de outubro de 2019:**

A presente licitação tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução dos serviços de engenharia sanitária de limpeza pública no perímetro urbano do Município de Caçador/SC, conforme normas e especificações contidas neste Edital e em seus anexos, compreendendo os serviços de:

- a) COLETA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS DO MUNICÍPIO, INCLUINDO O FORNECIMENTO DE CONTENTORES DE LIXO.
- b) COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS RECICLÁVEIS URBANOS (NÃO INDUSTRIAIS) E RURAIS DO MUNICÍPIO.
- c) DISPOSIÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E COMPACTÁVEIS, ATRAVÉS DE OPERAÇÃO, MANUTENÇÃO E MONITORAMENTO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL.

Pela leitura de um e de outro se percebe que, o objeto licitado não é o mesmo, sendo que no último fora adicionado os contentores de lixo, e excluída as obras para a ampliação do aterro municipal.

Além disso, no último edital fora inserido item 1.2 que trata da forma de execução dos serviços, sendo que esse tópico sequer existia no edital inicial.

• **Do item 3: Da qualificação técnica:**

**Edital de 23 de julho de 2018:**

**3.1.3. Qualificação Técnica:**

a) Certidão atualizada de registro ou inscrição da licitante e de seu(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA para os serviços propostos, na região sede da empresa:

a.1) Na Certidão do conselho acima mencionado, deverão figurar como responsáveis técnicos pela empresa proponente, sob pena de inabilitação, no mínimo um Engenheiro Civil, ou um Engenheiro Sanitarista, ou Engenheiro Ambiental e Sanitarista;

a.2) A Comprovação de vínculo deverá ser feita da seguinte forma:

a.2.1) com vínculo empregatício do profissional relacionado na alínea anterior, com a empresa, através de fotocópia autenticada da Carteira Profissional, ou

a.2.2) profissional contratado, sendo obrigatória a comprovação através da apresentação do Contrato firmado entre o Profissional e a empresa CONTRATANTE,

a.2.3) através do contrato social ou ata de eleição, se o profissional for sócio

b) Comprovação de qualificação técnica do(s) profissional(is) de nível superior, detentor(es) de certidão(ões) ou atestado(s) de responsabilidade técnica, fornecedor(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT), emitidas e registradas no CREA, que demonstrem possuir os referidos profissionais, experiência comprovada na área da Limpeza Pública Urbana, na execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto desta Licitação

b.1) Para efeito de execução de obra e serviços de características semelhantes ao objeto desta Licitação, são considerados os seguintes serviços:

b.1.1) Coleta e transporte de resíduos sólidos residenciais;

b.1.2) Coleta e transporte de resíduos recicláveis;

b.1.3) Operação e ampliação de Aterro Sanitário, inclusive tratamento físico-químico do chorume conforme legislação;

b.2) Nos atestados e nas Certidões de Acervo Técnico apresentados, deverão constar, obrigatoriamente, os nomes dos profissionais indicados, as quantidades mensais e/ou totais executadas, o prazo de execução dos serviços e o local onde os serviços foram e/ou estão sendo realizados, não sendo aceitos atestados técnicos relativos à supervisão, fiscalização e/ou subcontratação de serviços.

c) Comprovação da capacidade técnico-operacional da Proponente, através de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente acompanhado das respectivas Certidões de Acervo Técnico (CAT) emitidas pelo CREA, que comprove possuir aptidão para a execução de obras e serviços semelhantes às consideradas de maior relevância dos serviços inerentes ao objeto desta Licitação, nos quantitativos abaixo especificados, correspondente a aproximadamente 50% dos

Meioeste Ambiental Ltda.

Rua Conselheiro Mafra, 708 – Caçador/SC

Telefone: (49) 3563-2517 - [www.meioeste.com.br](http://www.meioeste.com.br)



quantitativos licitados:

- c.1 Coleta e transporte de resíduos sólidos residenciais, num total de 520,00 toneladas/mês;
- c.2 Coleta e transporte de resíduos recicláveis, num total de 51,50 toneladas/mês;
- c.3 Operação e ampliação de Aterro Sanitário, inclusive tratamento físico-químico do chorume conforme legislação, num total de 520 toneladas/mês.
- c.4 Nos Atestados e Certidões de Acervo Técnico apresentados deverão constar, obrigatoriamente, o nome da Proponente, as quantidades mensais e/ou totais executadas, o prazo de execução dos serviços e o local onde os serviços foram e/ou estão sendo realizados, não sendo aceitos atestados técnicos relativos a supervisão, fiscalização e/ou subcontratação de serviços;

d) Relação de veículos contendo, marca, modelo e ano de fabricação, conforme quantidades e características mínimas informadas no Termo de Referência - Anexo I, com declaração formal e expressa da proponente de que se compromete na data do início dos serviços, dispor dos equipamentos mínimos para a realização do objeto.

Obs.: Todos os veículos devem estar com placas regulamentadas, em perfeito estado de manutenção, conservação e funcionamento.

e) Atestado de Visita Técnica, ao local do serviço, fornecido pela Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente ao Responsável Técnico da Empresa proponente, de que tomou conhecimento das condições locais, para inteirar-se das reais condições e peculiaridades inerentes a sua natureza, com data da visita de até 03 (três) dias úteis antes da data prevista para a entrega dos envelopes. A visita deverá ser agendada pela representante da licitante com o Fiscal Ambiental da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Sr. Gustavo Kutcher Furlin, pelo telefone (49) 3567-2880, com 02 (dois) dias de antecedência a data pretendida para a visita, ou Declaração emitida pela Empresa Proponente de que tem pleno conhecimento de todo o objeto que trata o presente edital de licitação.

### Do edital de 29 de outubro de 2019:

#### 3.1.3. Qualificação Técnica:

3.1.3.1 Prova de registro ou inscrição da licitante e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA

3.1.3.2 Comprovação, para fins de demonstração de capacitação técnico-profissional, de possuir profissional de nível superior (Engenheiro com atribuições para execução dos serviços do objeto), na data prevista para entrega da Documentação de Habilitação e Proposta de Preços, detentor de Certidão de Acervo Técnico (CAT) expedido pelo CREA, por execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação e, também, detentor de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), de cargo e função pela empresa proponente.

3.1.3.2.1 Consideram-se como serviços semelhantes ao objeto da licitação, para o(s) profissional(is) indicado(s), os seguintes serviços:

a) Coleta e transporte de resíduos sólidos domiciliares urbanos

b) Operação, manutenção e monitoramento de aterro sanitário

3.1.3.2.2 A licitante que se valer do acervo técnico de responsável(is) técnico(s) que exerça(m) cargo(s) de diretor(es) estatutário(s) ou sócio da empresa, a sua representatividade será comprovada através da apresentação do Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social vigente(s), ou, se for o caso, do documento da última eleição de seus administradores devidamente registrados na Junta Comercial ou Cartório de Pessoas Jurídicas, constando poderes para tal representatividade.

3.1.3.3 O registro ou inscrição da licitante e de seus profissionais e comprovação de capacidade, previsto no item 3.1.3.1 e 3.1.3.2, também poderão ser emitidos por outros conselhos de classe, que possuem a competência para regular a atividade objeto do presente edital.

3.1.3.4 Comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.1.3.5 É facultada a Visita Técnica.

3.1.3.5.1 Para fins de realização da visita técnica, a participante deverá agendar com o Fiscal Ambiental da Secretaria de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente Sr. Gustavo Kutcher Furlin, pelo telefone (49) 3567-2880 com 02 (dois) dias de antecedência à data pretendida para a visita.

Aqui o flagrante desrespeito ao princípio é ainda maior, vez que o "novo" edital é mais brando do que o anterior, favorecendo a participação de empresas que não possuem a qualidade técnica que o serviço requer.

Meioeste Ambiental Ltda.

Rua Conselheiro Mafra, 708 - Caçador/SC

Telefone: (49) 3563-2517 - [www.meioeste.com.br](http://www.meioeste.com.br)



Mais do que isso, o novo edital permite que novas empresas se habilitem na licitação, em detrimento daquelas que já, efetivamente, cumpriram ao disposto no edital do certame anterior, ferindo assim o princípio da isonomia.

E, o que mais causa espécie é o fato da municipalidade facultar a visita técnica para a concorrência de um serviço público essencial, desobrigando a conferência dos locais de trabalho, do aterro sanitário e, principalmente das rotas de coleta de lixo na cidade.

Facultar essa visita é o mesmo que permitir que qualquer empresa possa fazer o trabalho, sem se atentar para as particularidades da realização da tarefa, e, principalmente, permitir que empresas sem capacidade técnica possam operar o aterro sanitário, o que provavelmente irá reduzir a sua vida útil além de causar prejuízos ambientais para o município.

• Do item da Qualificação Econômica Financeira:

Edital de 23 de julho de 2018:

b1) a boa situação financeira da empresa será baseada na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores do que um (>1), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$\text{Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

b.2) a empresa que apresentar um resultado menor que um (<1), em qualquer dos índices acima demonstrados, será considerada inabilitada. **Justificativa:** Os índices comprovarão a boa situação financeira da empresa, sua capacidade de pagamento e seu endividamento atual, sendo que o índice estabelecido é usualmente utilizado no mercado financeiro.

Edital de 29 de outubro de 2019:

3.1.4.2.6. Será considerada habilitada a prosseguir nesta Licitação, a licitante que apresentar comprovação de boa situação econômico-financeira, a ser avaliada através dos valores de índices extraídos do balanço patrimonial apresentado, e atingir, concomitantemente, todas as condições e valores de pontuação abaixo relacionados:

ÍNDICES FINANCEIROS	CONDIÇÃO DE HABILITAÇÃO	VALORES
Índice de Liquidez Corrente	Igual ou superior	1.0
Índice de Liquidez Geral	Igual ou superior	1.0
Índice de Endividamento Geral	Igual ou inferior	1.0

A diferença no "novo" edital se configura no fato de permitir que empresas com índices de liquidez igual à 1 participem da licitação.



Anteriormente, o edital inicial previa um valor maior que 1.

Ou seja, houve um afrouxamento nas regras de verificação da qualidade financeira das empresas participantes do certame, sem, contudo, qualquer justificativa por parte da Prefeitura.

• **Das Propostas - Preço:**

**Do edital de 23 de julho de 2018:**

**CAPÍTULO QUINTO - DAS PROPOSTAS**

5.1. As propostas deverão ser apresentadas em UMA VIA, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital, não sendo considerada aquela que apresentar divergência com o objeto da licitação ou fizer referência a proposta de concorrentes,

implicando na sua imediata rejeição. Os documentos que instruem a proposta deverão ser impressos em papel timbrado da proponente, devidamente assinados pelo representante legal, devendo constar:

- a) "Preço mensal e total para o item 01";
- b) "Preço mensal e total para o item 02";
- c) "Preço mensal e total para o item 03";
- d) "Preço global da proposta" (preço total item 01 + preço total item 02 + preço total item 03);
- e) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias contados da data de sua abertura;
- f) Declaração expressa da proponente de integral submissão às condições deste Edital, sem restrições e qualquer natureza e de que se vencedora for, executará os serviços com as normas e especificações vigentes neste Município;
- g) Declaração de que o preço proposto compreende todos os serviços (materiais, impostos, fretes, encargos, licenças, franquias, etc.), e outras despesas eventuais, necessárias e execução dos serviços e que o valor mensal permanece inalterado;
- h) Cronograma Físico-Financeiro preenchido conforme modelo apresentado no anexo XIII.

5.2. Os valores deverão ser expressos em reais.

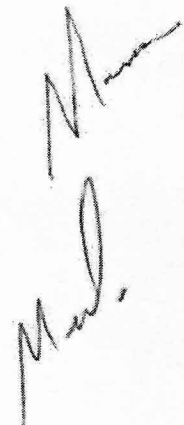
5.3. A proposta após entregue é irrevogável e irrenunciável. Serão desconsideradas as propostas que forem manifestamente inexequíveis, presumindo-se como tal, aquelas que apresentarem preços unitários vis ou inexpressivos, face aos praticados no mercado.

5.4. As propostas deverão ser elaboradas observando rigorosamente as instruções contidas neste Edital, e apresentadas em papel timbrado do licitante. As propostas que deixarem de atender o exigido neste Edital serão de pronto desclassificadas.

5.5. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal os seguintes indicativos:

**RAZÃO SOCIAL DO PROPONENTE**  
**MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC**  
**CONCORRÊNCIA - 02/2018**  
**ENVELOPE Nº 01 - "PROPOSTA DE PREÇO"**

5.6. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias.





**Do edital de 29 de outubro de 2019:**

**CAPÍTULO QUINTO - DAS PROPOSTAS**

- 5.1. As propostas deverão ser apresentadas em UMA VIA, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, e deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital, não sendo considerada aquela que apresentar divergência com o objeto da licitação ou fizer referência a proposta de concorrentes, implicando na sua imediata rejeição. Os documentos que instruem a proposta deverão ser impressos em papel timbrado da proponente, devidamente assinados pelo representante legal, devendo constar:
- 5.1.1. Carta de proposta comercial, conforme modelo do Anexo XIII, discriminando:
- 5.1.1.1. Preço unitário e total cotado por item, em moeda corrente nacional, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos ou entrelinhas, incluso de materiais, encargos, taxas, impostos e descontos, conforme o caso, não sendo admitidos quaisquer outros adicionais ou supressões, após a abertura dos envelopes;
- 5.1.1.2. Para fins de retenção do INSS, a proponente deverá informar:
- Valor do material e meio mecânico;
  - Valor da mão de obra;
- 5.1.2. Composição do BDI e das Leis Sociais, conforme modelo do Anexo XIV, o qual poderá ser adequado pela proponente;
- 5.1.3. Planilha de Custos de formação do preço proposto, para cada um dos itens cotados, com detalhamento de todos os elementos que o influenciaram, conforme o Anexo XV deste Edital;
- 5.2. Nos preços cotados devem estar compreendidos todos os custos relativos às instalações, investimentos, veículos, máquinas, equipamentos, materiais e ferramentas, sua aquisição, aluguel, manutenção e depreciação, mão-de-obra direta e indireta, encargos sociais e trabalhistas, benefícios, seguros, taxas, impostos, tributos e demais despesas diretas e indiretas pertinentes à perfeita realização dos serviços, bem como os benefícios e despesas indiretas (BDI).
- 5.3. A empresa proponente, ao elaborar sua proposta, deverá observar os valores máximos constantes no Anexo XII para a execução do objeto, sob pena de desclassificação.
- 5.3.1. Os valores máximos aplicados para fins da presente licitação, correspondem a média de valores apurados, mediante orçamentos efetuados pela Administração.
- 5.4. Havendo divergência entre o valor unitário e o valor total dos itens cotados, será considerado, para fins de julgamento das propostas, o primeiro.
- 5.5. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital.
- 5.6. A validade da proposta deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias contados do último dia previsto para entrega do Envelope da Proposta.
- 5.7. A empresa proponente, independentemente de declaração expressa, encontra-se vinculada aos prazos e condições fixados no presente Edital.
- 5.8. Não será admitida cotação inferior às quantidades previstas neste Edital.
- 5.9. É vedada a indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.

- 5.10. Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica em submissão a todas as condições estipuladas neste Edital.
- 5.11. Em nenhuma hipótese poderá ser alterada a proposta apresentada, seja quanto ao preço ou outra condição que importe em modificação dos termos originais, exceto quando aplicável às disposições da Lei Complementar nº 123/2006.
- 5.12. A inobservância das determinações acima implicará na desclassificação do proponente.
- 5.13. Vícios, erros e/ou omissões, que não impliquem em prejuízo para o Município, poderão ser desconsiderados pela Comissão de Licitação, cabendo a esta agir em conformidade com os princípios que regem a Administração Pública.
- 5.14. A proposta deverá ser entregue em envelope fechado, contendo na sua parte externa e frontal os seguintes indicativos:

Neste tópico a mudança é geral, visto que o "novo" edital estabelece regras distintas daquelas que foram estabelecidas no edital anterior.

Se percebe ainda que, o descuido na elaboração do edital de 29 de outubro de 2019 é tamanho, que o item 5.5 e o item 5.10 são os mesmos!

- **No item de Julgamento das Propostas:**

**Do edital de 23 de julho de 2018:**

- 7.1. O critério de Julgamento desta Concorrência será do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** (compreendendo materiais e serviços) independente da quantidade coletada e transportada.
- 7.2. Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei nº 8.666/93.

**Do edital de 29 de outubro de 2019:**

- 7.1. A Comissão especialmente designada pelo Prefeito do Município julgará as propostas no dia e hora indicados no preâmbulo deste, ou em nova data, em atendimento ao disposto no item 6.3 deste Edital, na presença dos interessados analisará e indicará a proposta vencedora para homologação.
- 7.2. O critério de Julgamento desta Edital de TOMADA DE PREÇOS é do tipo **MENOR PREÇO**

**GLOBAL**

- 7.3. Serão desclassificadas as propostas:
- I – que não atendam às exigências do ato convocatório desta licitação;
  - II – Por abusividade serão desclassificadas as propostas que apresentarem valor global superior ao informado no Edital;
  - III – Por inexecutabilidade serão desclassificadas as propostas que não atenderem o disposto no artigo 48, inciso II, § 1º da Lei nº 8.666/93 e alterações, presumindo-se incompatíveis com os preços praticados no mercado as propostas que ficarem aquém de 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores: a) média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração; ou b) valor orçado pela Administração;
  - IV – que não contiverem informações que permitam a perfeita identificação e/ou qualificação do objeto cotado;
  - V – que omitirem informações consideradas essenciais para análise, julgamento e execução dos serviços;
  - VI – apresentar oferta de vantagem não prevista no Edital ou vantagem baseada nas propostas dos demais proponentes.
- 7.4. Ressalte-se que a abusividade/inexecutabilidade será verificada item a item da Planilha de Orçamentos, desclassificando-se as propostas que apresentem itens abusivos ou inexecutáveis.
- 7.5. Serão considerados preços manifestamente inexecutáveis, aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos que o compõem são coerentes com os de mercado.
- 7.5.1. A Comissão Permanente de Licitação, antes de desclassificar qualquer proposta por preço manifestamente inexecutável, intimará o proponente para que apresente, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados da data do recebimento da intimação, a composição de custos e promoverá diligência para verificação da compatibilidade do preço proposto com os de mercado.
- 7.6. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Comissão de Licitação poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação, pelas Licitantes, de novas propostas escoimadas das causas que as classificarem.
- 7.7. Havendo empate entre duas ou mais propostas, terá a melhor classificação a que ofertar produto produzido no Brasil ou, se ainda assim permanecerem empatadas duas ou mais propostas, o desempate dar-se-á por sorteio público.

Aqui também se nota um acréscimo de regras que antes não estavam previstas no edital de 23 de julho de 2018.

Dessa forma, evidente que as empresas que já estavam cadastradas na licitação, e que já haviam cumprido algumas etapas, serão prejudicadas na realização deste novo certame.

Necessária então a impugnação do edital, a fim de que o mesmo seja desconsiderado pela administração da cidade de Caçador, reeditando ou republicando o edital, tal qual como fora editado anteriormente, vinculado ao princípio da isonomia, vinculação ao edital e em consonância com o determinado pela Corte de Contas.

• **No item da contratação, Da vigência e Do Acompanhamento:**

Aqui, neste tópico, houve acréscimo sem relação com o edital anterior e ainda a vigência do contrato por 24 meses, em disparate com o edital original.

- 10.4. A empresa contratada deverá oferecer a título de garantia do contrato, de acordo com o art. 56 da Lei 8.666/93, garantia por ela eleita, não inferior a 5% (cinco por cento) do valor contratado.
- 10.5. O contrato proveniente do presente processo terá vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do termo contratual, podendo ocorrer prorrogação na forma da lei.

Novamente, a edição do novo edital configura desrespeito aos participantes da licitação que já haviam retirado o edital, e cumprido etapas necessárias para a realização do certame.

Ao inserir exigência diferente, a Prefeitura não está sendo transparente, e possivelmente está dificultando a participação de empresas nesta licitação.

Evidente e gritante o erro, que merece reforma.

#### **2.4 DA CONCLUSÃO:**

Ao publicar edital diferente, com novas regras, descumprindo o determinado pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, a comissão de licitação da Prefeitura de Caçador/SC, esta incorrendo em grave erro, que deturpa todo o procedimento licitatório.

- Se percebe com grande clareza que o erro consiste em duas frentes, quais sejam: a) ora afrouxa as regras, e b) ora cria novas regras inexistentes no edital anterior.
- Caracteriza-se ainda descumprimento do despacho do prefeito que efetivamente determinou a republicação daquele edital.
- Caracteriza-se pelo descumprimento de decisão de órgão colegiado, responsável em última análise do processo licitatório.
- Necessário então a impugnação deste instrumento, para que ao fim prevaleça o instrumento convocatório de 2018, com as regras já definidas e de conhecimento das empresas participantes daquele processo, as quais já efetivamente retiraram o edital, e cumpriram as etapas necessárias para a realização do certame.
- Necessário também enfatizar que o processo licitatório deve, por força de decisão do TCE continuar de onde parou, impossibilitando o ingresso de novas empresas interessadas, pois não cumpriram as exigências anteriores do edital de 2018.

#### **3.0 DOS PEDIDOS:**

Dessa feita, requer-se que sejam analisados os argumentos e documentos aqui expostos, para ao fim e a contento:

- Seja revista a posição desta prestigiosa comissão em reformular o edital em apreço, permanecendo em vigor o edital anterior, nos mesmos moldes, sem acréscimos ou supressões, pois determinado pelo TCE/SC e ainda em acordo com a legislação pertinente e o despacho do Prefeito Municipal;

Meioeste Ambiental Ltda.

Rua Conselheiro Mafra, 708 – Caçador/SC

Telefone: (49) 3563-2517 - [www.meioeste.com.br](http://www.meioeste.com.br)

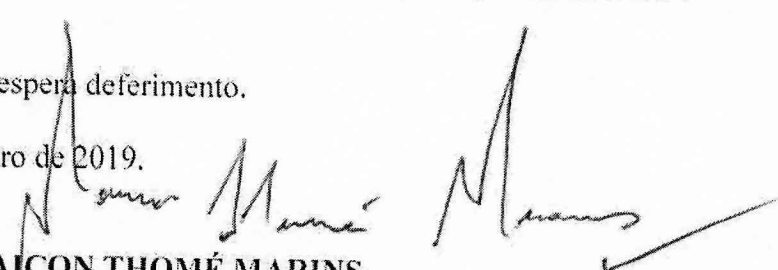




- Que somente as empresas que já cumpriram as etapas exigidas naquele edital possam continuar no certame, tendo em vista o princípio da isonomia.

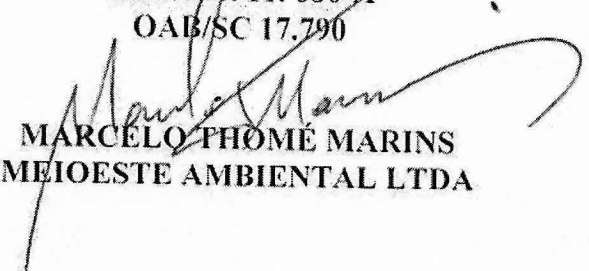
Nestes termos, pede e espera deferimento.

Caçador, 13 de setembro de 2019.

  
**MAICON THOMÉ MARINS**

**OAB/MS. 11.686-A**

**OAB/SC 17.790**

  
**MARCELO THOMÉ MARINS**  
**MEIOESTE AMBIENTAL LTDA**